

Promoção da agroecologia na cidade: reflexões a partir do programa de agricultura urbana da AS-PTA

Denis Monteiro¹
Marcio Mattos de Mendonça²

1. Introdução

Os antecedentes

A Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) é uma organização não-governamental com sede na cidade do Rio de Janeiro. Há mais de 15 anos atua por meio de programas de desenvolvimento local nas áreas rurais do centro-sul do Paraná e do agreste da Paraíba e, desde outubro de 1999, deu início a um programa de agricultura urbana na zona oeste do município do Rio de Janeiro.

As ações do programa de agricultura urbana estão voltadas para o incentivo ao aproveitamento de pequenos espaços dentro da cidade para o cultivo de alimentos, plantas medicinais e criações de animais seguindo um enfoque agroecológico. O trabalho se desenvolve a partir do reconhecimento e da valorização das experiências espontâneas e dos saberes dos moradores das comunidades, bem como por meio da facilitação do acesso aos conhecimentos técnicos apropriados, do estímulo à experimentação e do apoio a variadas formas de organização local.

Embora os contextos socioeconômicos, ambientais e culturais encontrados na cidade sejam bastante diferentes da realidade do meio rural onde a instituição já vinha desenvolvendo suas atividades, as abordagens metodológicas desenvolvidas guardam muitas semelhanças por se orientarem por princípios comuns. Este artigo apresenta alguns ensinamentos desses sete anos de experiência de atuação da AS-PTA no meio urbano.

O contexto da região

Segundo dados oficiais, a zona oeste do município do Rio de Janeiro ocupa uma área de aproximadamente 590 km², dividida em 20 bairros, com cerca de 450 mil domicílios e 1.556.000 habitantes.

Os moradores dessa região vivenciam problemas sociais e econômicos gerados sobretudo pela ausência de políticas públicas adequadas nas áreas de alimentação, saúde, educação e moradia. Grande parte das comunidades é desprovida de serviços de saneamento básico, sendo comum o lançamento de dejetos diretamente nas ruas ou nos córregos e rios. A

¹ Engenheiro agrônomo, assessor técnico do programa de agricultura urbana da AS-PTA.

² Engenheiro agrônomo, coordenador do programa de agricultura urbana da AS-PTA.

problemática social da zona oeste também está relacionada ao histórico de ocupação desordenada do espaço e às enormes desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira.

Muitas famílias que hoje vivem na região têm origem no meio rural. Migraram para as cidades por conta do intenso processo de empobrecimento das zonas rurais. No entanto, no meio urbano os índices de desemprego também são muito altos, assim como as taxas de subemprego e informalidade. Diante desse cenário, muitas famílias se mantêm com *biscates* e enfrentam restrições orçamentárias para a aquisição de alimentos, remédios, roupas, entre outros.

A insegurança alimentar e nutricional é, portanto, uma característica que se manifesta de forma recorrente em meio às famílias, o que se deve à combinação de dois fatores interdependentes: a dificuldade de acesso aos alimentos em razão dos baixos níveis de renda familiar e a tendência à homogeneização dos hábitos alimentares, em que prevalece a baixa qualidade nutricional das dietas, em geral carentes de vitaminas e sais minerais.

Apesar de ainda haver residências com quintais de terra e terrenos sem construções, a região em geral apresenta solos profundamente alterados pelos intensos processos de urbanização. Nas comunidades mais urbanizadas, as residências estão em terrenos muito reduzidos e sem solo. É recorrente a utilização dos quintais e espaços ociosos para acúmulo de lixo, trazendo diversas conseqüências negativas. Porém, em alguns desses espaços são desenvolvidas práticas agrícolas, que adaptam traços da tradição rural ao ecossistema urbano. Elementos da herança cultural de diferentes regiões do país são observados nas diversas formas de uso de remédios caseiros à base de plantas e na diversidade de cultivos e hábitos alimentares ainda presentes.

A cultura política local é fortemente marcada pelas relações de clientelismo e assistencialismo. Alguns exemplos de ações assistencialistas são as doações de cestas básicas e de refeições prontas (sopões) por parte de políticos, entidades religiosas e/ou filantrópicas, além dos programas governamentais de complementação de renda. Ademais, a sociabilidade comunitária é negativamente afetada pelo poder do tráfico de drogas e de grupos de extermínio.

Esse contexto dificulta a construção de formas ativas de organização comunitária orientadas para o enfrentamento dos problemas vivenciados coletivamente. Apesar disso, algumas famílias e organizações desenvolvem estratégias próprias e emancipadoras para fazer frente às carências às quais estão submetidas. Vale citar nesse sentido algumas organizações e grupos ligados a igrejas e algumas poucas associações de moradores.

2. Hipóteses e princípios metodológicos do programa

As metodologias desenvolvidas e testadas têm como base um conjunto de hipóteses relacionadas à leitura da realidade em que o programa se desenvolve. Em primeiro lugar, trabalha-se com a hipótese de que, mesmo nas comunidades mais urbanizadas, existem moradores e moradoras que têm conhecimentos relativos à agricultura e que desenvolvem espontaneamente uma grande diversidade de iniciativas. Outra hipótese é que existem organizações locais que, se fortalecidas, podem desempenhar papel importante no fomento e incentivo à agricultura. Compreende-se ainda que existe potencial para a mobilização de pessoas que ainda não adotam práticas agrícolas, por meio da criação de dinâmicas de

interação social baseadas na valorização e no intercâmbio das experiências e na busca de novos conhecimentos.

Portanto, a concepção metodológica do programa se fundamenta no reconhecimento e na valorização das iniciativas já existentes nas comunidades, a partir das quais são estimuladas dinâmicas coletivas de experimentação e intercâmbio de práticas agrícolas nos quintais domésticos e áreas coletivas. Busca-se também fortalecer o protagonismo tanto desses moradores-experimentadores quanto das organizações comunitárias.

Inicialmente, acreditava-se que a agricultura urbana teria um grande potencial para a garantia da segurança alimentar e nutricional (SAN) das populações socioeconomicamente excluídas da região. Entretanto, com a evolução do programa e a identificação e sistematização de iniciativas individuais e coletivas, percebeu-se que a agricultura cumpre diversas outras funções. Entre elas: o fortalecimento dos laços de sociabilidade, o vínculo com a cultura dos locais de origem dos moradores, o cultivo de plantas medicinais para uso em remédios caseiros, melhorias do ambiente e, inclusive, uma função terapêutica, pelo gosto e prazer de trabalhar a terra.

Ao adquirirmos essa percepção, entendemos que as ações estimuladas pelo programa não poderiam ser unicamente centradas no objetivo de promover maiores níveis de SAN, como originalmente concebíamos. Os efeitos positivos sobre SAN certamente existem, mas não explicam por si só o motivo pelo qual as famílias mantêm áreas produtivas em seus quintais e comunidades. Deve-se considerar, portanto, os impactos que a agricultura urbana tem em diversas dimensões das vidas das famílias e comunidades.

3. Histórico do programa

A primeira parceria estabelecida pela AS-PTA na região, em 1999, foi com o Instituto Metodista Ana Gonzaga (Imag), organização de caráter assistencial ligada à Igreja Metodista. A partir de um primeiro mapeamento da abrangência da atuação do Imag, foram definidas quatro comunidades para dar início às atividades do programa, a saber: Cantagalo, Loteamento Ana Gonzaga, Vila Esperança e Vilar Carioca. A decisão de começar a trabalhar nessas comunidades foi bastante influenciada pela identificação da presença de um grande número de organizações sociais que ali atuavam, entre as quais algumas manifestaram, desde um primeiro momento, interesse pela idéia da agricultura urbana.

Nos três primeiros anos do programa, as principais atividades desenvolvidas nessas comunidades foram direcionadas às lideranças e organizações comunitárias, procurando reconhecê-las e sensibilizá-las por meio de visitas para conversar sobre a realidade local e sobre as possibilidades e potencialidades da agricultura urbana.

A partir do envolvimento com os grupos locais e das vivências nas comunidades, foram sendo estabelecidas novas formas de interação e articuladas redes informais como, por exemplo, a rede de desenvolvimento local do Loteamento Ana Gonzaga, que congregava diferentes organizações com atuação na comunidade. Além da intensificação de espaços de interatividade dentro das comunidades, as lideranças de diferentes comunidades passaram a se encontrar mais freqüentemente. Sentiu-se também a necessidade de conhecer melhor as

práticas existentes, momento em que o programa entrou em uma nova fase, de identificação e maior aproximação com os moradores praticantes da agricultura na cidade.

Com esse intuito, foi realizado em 2001 um diagnóstico da agricultura nos quintais do Loteamento Ana Gonzaga. Essa atividade mobilizou as famílias que tinham práticas espontâneas e organizações com atuação local, principalmente o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, ligado ao posto de saúde, e a associação de moradores. Esse diagnóstico permitiu à AS-PTA entender melhor as diferentes lógicas da agricultura na cidade e apontar rumos estratégicos para as ações nos anos seguintes. Dos 1.200 lotes da comunidade, foram visitados 150 quintais que desenvolviam alguma iniciativa agrícola, com a predominância de plantas frutíferas, seguidas das espécies medicinais, das ornamentais e, em quarto lugar, as hortaliças e demais plantas anuais. Preocupações com a alimentação; o prazer e o gosto de plantar; o cultivo como forma de ocupação e terapia; e a questão da socialização foram as principais motivações manifestadas pelos moradores. A restrição de espaço e a baixa qualidade das terras são algumas das dificuldades citadas pelos moradores, além da baixa auto-estima de algumas famílias, especialmente as mais pobres, o que dificulta a participação ativa em dinâmicas coletivas e mesmo o interesse em cuidar do quintal e de espaços comunitários. O diagnóstico culminou com um seminário para apresentação e debate dos resultados e, entre alguns dos encaminhamentos, figuraram a realização de um curso de plantas medicinais e remédios caseiros na comunidade e a organização de um grupo para estudar e desenvolver uma horta coletiva. .

Também em 2001 foi iniciada na comunidade Vilar Carioca uma parceria com a Pastoral da Criança, que já desenvolve, em todo o Brasil, uma série de ações no campo da educação alimentar e nutricional com as famílias mais pobres, como a pesagem das crianças para identificação de riscos de desnutrição, acompanhamento de gestantes, orientações às famílias e preparo e distribuição da multimistura como complemento alimentar. Com a parceria, a pastoral passou a incorporar em sua agenda o incentivo à produção para autoconsumo como estratégia para melhorar a alimentação das famílias, especialmente das crianças. No Vilar Carioca, foram realizadas trocas de experiências, oficinas práticas e mutirões de implantação de horta no terreno da igreja e de manejo dos quintais das lideranças da pastoral na comunidade. Essas lideranças também tiveram um papel importante no incentivo às famílias por elas atendidas. Nesse sentido, a parceria, articulada com a coordenação nacional da pastoral, permitiu que, posteriormente, as ações do programa se irradiassem para diversas outras comunidades da região. A regionalização do programa, por sua vez, permitiu a criação de um fórum de discussão e de intercâmbios que envolvem atualmente líderes da pastoral de 20 comunidades.

Nessas diferentes comunidades, os princípios metodológicos voltados para o fortalecimento das organizações comunitárias, a promoção de intercâmbios e o fomento às experimentações foram colocados em prática de diversas formas, de acordo com a realidade local. Encontros de formação, mutirões, seminários e, principalmente, visitas de intercâmbio entre moradores praticantes da agricultura urbana são as ferramentas mais comumente utilizadas. Aliado a isso, um elemento fundamental para a comunicação das experiências entre os grupos, que fortalece a reflexão coletiva das práticas e metodologias adotadas, são as chamadas fichas de experiências. Trata-se de boletins curtos, de 1 a 4 páginas, elaborados pela equipe técnica da AS-PTA em diálogo com os próprios portadores das experiências, com linguagem simples, bastante ilustrados e que divulgam as

experiências locais para um público mais amplo. Esses informativos permitem que as iniciativas concretas sirvam de referência para outras pessoas, além de valorizarem as inovações e serem, portanto, um forte incentivador, uma vez que trabalham o resgate da auto-estima das famílias envolvidas. As fichas são entregues em visitas, oficinas e cursos, além de serem distribuídas nos encontros e feiras.

O programa de agricultura urbana da AS-PTA tem atuado em diferentes níveis. Há ações locais nas comunidades Jardim Guaratiba/Praia da Brisa (Quadro 1) e Loteamento Ana Gonzaga. Há também ações na região metropolitana junto à Pastoral da Criança e aos grupos comunitários que trabalham com plantas medicinais organizados na Rede Fitovida. No plano estadual, a interação com os grupos que compõem a Rede Fitovida se estende a diversas regiões do estado (Quadro 2), além de existir um esforço para constituir uma articulação estadual de agroecologia abrangendo todo o Rio de Janeiro. O programa tem ainda o objetivo de gerar referências teóricas e metodológicas para que seus ensinamentos possam servir para outras iniciativas em distintos contextos socioambientais do país.

Quadro 1. Formação e construção de conhecimento no Jardim Guaratiba

Nas comunidades vizinhas de Jardim Guaratiba e Praia da Brisa, vêm acontecendo encontros mensais com os moradores interessados na prática da agricultura nos quintais, a maioria dos quais com práticas muito diferentes entre si. O grupo realiza visitas a quintais na comunidade, conversando sobre as experiências e coletivamente sugerindo melhorias. Algumas pessoas do grupo mantêm uma horta comunitária, onde periodicamente ocorrem mutirões práticos e estudos sobre temas de interesse do grupo (por exemplo, como melhorar a qualidade da terra, o que plantar em cada época do ano e como plantar, identificação e cultivo das plantas medicinais, controle natural de pragas e doenças etc). Representantes do grupo participam de outros espaços de intercâmbio de informações, como o fórum de discussão da Pastoral da Criança, que congrega lideranças da própria pastoral atuantes em diferentes comunidades; o banco de sementes, localizado num bairro vizinho; e diversas visitas a outras comunidades da zona oeste e de outras regiões do município. O grupo também tem recebido visitas de representantes de outras comunidades e vem contando sua história, repassando conhecimentos e trocando informações.

Nos últimos anos, principalmente em função da parceria com a Pastoral da Criança e com a Rede Fitovida (Quadro 2), ambas as organizações com atuação em nível local e estadual, o programa tem investido em atividades de abrangência regional, propiciando a apresentação, discussão e intercâmbio de experiências entre moradores de comunidades diferentes. Como exemplos significativos, vale citar o *I Encontro de experiências de agricultura e saúde na cidade*, que reuniu 50 pessoas de mais de 15 comunidades, e o *Encontro de formação sobre sementes*, que aprofundou o debate sobre o acesso às sementes e mudas e sobre o funcionamento do banco de sementes existente na região.

Quadro 2. Resgate, valorização e troca de conhecimentos sobre plantas medicinais e remédios caseiros: a experiência da Rede Fitovida

Uma das iniciativas importantes que vem ocorrendo com o apoio do programa da AS-PTA é a Rede Fitovida de saúde alternativa, que articula 108 grupos comunitários que trabalham com plantas medicinais e práticas alternativas de saúde no estado do Rio de Janeiro. Todos esses grupos lidam com conhecimentos tradicionais sobre o cultivo e uso das plantas medicinais. A Rede vem batalhando para que esses conhecimentos sejam reconhecidos, respeitados e promovidos. Para isso, é adotado o princípio da partilha dos conhecimentos em todas as atividades, por meio de depoimentos, oficinas, grupos de discussão, palestras e cursos.

Nesse sentido, são realizados os chamados *encontros da partilha*, com participação média de 150 pessoas, em que membros dos diferentes grupos comunitários trocam conhecimentos sobre determinados assuntos (preparo de xaropes e de tinturas, cultivo de plantas medicinais, reconhecimento de plantas etc.). Ocorrem também diversas articulações em rede, como visitas entre os grupos, apoio de um grupo a outro em momentos de formação e reuniões de avaliação e planejamento. Também são elaborados boletins informativos como instrumentos de sistematização das informações dos encontros, dos grupos e da rede como um todo.

4. Conclusão: lições aprendidas

A experiência do programa de agricultura urbana da AS-PTA na zona oeste do Rio de Janeiro tem levado a equipe da entidade e os parceiros locais a refletirem sobre a realidade da região. Percebemos que a agricultura praticada na cidade, embora existente e relevante, não está na agenda de debates das organizações da região, ou seja, a agricultura não é um tema em pauta. Além da grande fragilidade política dessas organizações sociais, existem ameaças constantes do tráfico de drogas, dos grupos de extermínio e da violência policial. Diante disso, uma preocupação central do programa é manter o conhecimento da realidade sempre atualizado, sendo revisto e problematizado junto aos atores locais.

Devemos considerar, entretanto, que existem muitas iniciativas autônomas nas comunidades e que, em função da grande variedade de atores sociais e conhecimentos presentes na cidade, elas são extremamente diversificadas entre si. Da mesma forma, as estratégias de enfrentamento das dificuldades adotadas por parte das famílias e das organizações também são bastante diversificadas. A AS-PTA, por sua vez, tem buscado identificar essas estratégias, compreender suas lógicas, valorizá-las e potencializá-las. Com o tempo, constatamos que a construção de outras estratégias, inovadoras, deve ser estimulada a partir de reflexões conjuntas.

No que diz respeito ao impacto gerado pela atuação do programa da AS-PTA, observamos que a prática de agricultura nos espaços da cidade vem cumprindo uma série de funções na vida das pessoas: produção de alimentos frescos e plantas medicinais para o preparo de remédios caseiros; melhoria do ambiente na cidade; geração de renda por meio da diminuição de gastos nos mercados e da comercialização de parte da produção; surgimento de novas sociabilidades entre os moradores; promoção do resgate cultural e de novos valores na relação com a natureza. A agricultura urbana pode, portanto, promover uma série

de resultados positivos em diferentes dimensões da realidade das comunidades. Essa multifuncionalidade torna mais complexo o olhar sobre as práticas, e os métodos de trabalho devem tornar visíveis todas essas funções, num entendimento conjunto desses potenciais. Por outro lado, é preciso ter claro que grupos diferentes têm motivações diferentes para a prática da agricultura na cidade, o que muitas vezes demanda momentos específicos de reflexão.

Mobilizar pessoas e grupos requer a valorização dos seus conhecimentos e a elevação de sua auto-estima, principalmente daquelas pessoas socialmente marginalizadas. Um dos principais papéis que a equipe do programa de agricultura vem cumprindo é o de, ao valorizar as práticas existentes, dar asas à imaginação e ao exercício de experimentação. Com isso, cada vez mais pode ser observada a diversidade de formas e experiências relacionadas à prática da agricultura urbana (plantio em vasos e latas, hortas coletivas, ênfase nas plantas medicinais, verticalização dos cultivos, aproveitamento de lajes e recipientes não-convencionais etc.).

As hortas comunitárias, muito comuns em programas de incentivo, não são espontâneas e exigem um grau muito grande de organização e de entrosamento entre os participantes. Com efeito, tem sido observado que, quando não fazem parte da real estratégia dos moradores, as hortas comunitárias, incentivadas por diversos programas assistencialistas na região, não se mantêm ao longo do tempo. Contudo, o programa de agricultura urbana da AS-PTA vem encontrando exemplos positivos em grupos muito unidos e que possuem muita clareza dos objetivos das práticas coletivas.

Finalmente, cabe reiterar que a baixa auto-estima das pessoas mais pobres é um forte fator de desmobilização social e que leva à ausência de cuidado com o ambiente em que se vive. Isso restringe consideravelmente a participação dessas pessoas em dinâmicas coletivas voltadas ao desenvolvimento local. Nesse sentido, a experiência da AS-PTA tem ensinado que o reforço à sociabilidade por meio das práticas de agricultura urbana tem sido importante para resgatar a auto-estima e inserir pessoas e grupos em processos ativos de mobilização comunitária.